

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado



Saúde da Mulher ganha destaque



Emília Fernandes (Fórum de Mulheres do Mercosul) presidiu a mesa

A 48ª edição do projeto Pauta Feminina reuniu especialistas para analisar os resultados e desafios da 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher, realizada em Brasília entre os dias 17 e 20 de agosto deste ano.

O debate apontou a valorização da diversidade feminina e a necessária desmedicalização da saúde da mulher como prioridades na condução da política nacional de saúde a ser aplicada pelo Ministério da Saúde.

Realizada no dia 26 de outubro na sala 13 da Ala Alexandre Costa do Senado, a discussão foi coordenada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher.



Mesa e público tiram foto final na Pauta Feminina sobre resultados da 2ª CSMU

Ela lamentou o fato de o Brasil ter demorado 31 anos para organizar a segunda conferência. “Certamente um trabalho de impacto para saúde das mulheres nos próximos anos em nosso país. Parabéns ao Conselho Nacional de Saúde por compreender essa necessidade”, afirmou.

A 2ª Conferência Nacional contou com cerca de 1.800 participantes, entre gestoras(es), usuárias(os) e profissionais de saúde. Estavam presentes mulheres de todas as idades e níveis de escolaridade, com diversas orientações sexuais, brancas, negras, estudantes, quilombolas, indígenas, ciganas, ribeirinhas, trabalhadoras urbanas e rurais. Ainda as mulheres com deficiência e as soropositivas.

Quebrando tabus

A jornalista Kátia Souto, da Coordenação de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde, destacou o papel do movimento de mulheres, desde a década de 1980, para transformar as políticas de saúde materno-infantis em políticas para mulheres, independentemente de serem mães ou não.

O compartilhamento da responsabilidade de homens e mulheres no campo da saúde reprodutiva, tradicionalmente entendida como questão que diz respeito apenas às adolescentes, foi um dos temas em destaque na Conferência.

Exclusão

Elisa Costa, presidente da Associação Internacional Maylé Sara Kalí (AMSK/Brasil), uma das duas ciganas Romani que participaram da Conferência, disse que “o nome ‘cigano’ foi dado por não ciganos já com um recorte de exclusão”. No cotidiano, o preconceito se materializa com o impedimento de acesso em prédios públicos, sob a alegação de que as pessoas não podem “entrar fantasiadas”.

Paula Benett, assessora Especial da coordenação de Diversidade LGBT do Governo de Brasília e integrante do Conselho da Mulher do DF, disse que no Brasil há uma preocupante espécie de pirâmide de hierarquização das pessoas, segundo raça, classe, gênero e orientação sexual.



Senadora Vanessa fez a abertura da Pauta

Direitos em risco

Ronald Santos, presidente do Conselho Nacional de Saúde, organizador da conferência, disse que, no momento atual, a luta das mulheres na saúde tem grande valor civilizacional diante da “blitz nazista” que ameaça conquistas também nas áreas de ciência e tecnologia, na economia e na seguridade social.

Saiba mais em:

<http://bit.ly/2zp3lga>

Assista o debate na íntegra:

<http://bit.ly/2ywl3N>

Senado debate gênero e raça em palestra no CONFEA



San Roge/CONFEA

Maria Cristina falou sobre caminhos para atingir a equidade de gênero

Duas integrantes do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado participaram da Semana de Qualidade de Vida do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), no período de 17 a 20 de outubro, na sede do órgão em Brasília.

As servidoras Maria Cristina Monteiro, diretora da Secretaria de Relações Públicas, e Ramila Moura, jornalista da Procuradoria Especial da Mulher, palestraram no dia 19 de outubro sobre o tema “Desafios para equidade de gênero e raça no mundo do trabalho”.

Foram apresentadas pesquisas que apontam a diversidade como fator positivo para uma equipe mais eficiente e também permite alcançar melhores resultados com maior lucratividade.

De acordo com dados da consultoria McKinsey, em matéria veiculada na revista Exame, “nas empresas com diversidade de gênero na gestão, o resultado financeiro é 15% superior em relação à média de suas concorrentes diretas. Quando há também a diversidade étnica na liderança, os resultados são 35% maiores”.

Encontro valoriza parteiras tradicionais



Camilla Pessoa

Enfermeira Silvéria e Dona Prazeres orientam participantes

Entre 12 e 15 de outubro, a ProMul participou do encontro Na Luz do Partear – Vivência formativa sobre os Saberes Tradicionais da Arte do Parto, no Convento da Conceição, em Olinda-PE.

Este foi o segundo módulo do projeto realizado pelo Movimento Curador, engajado de forma voluntária na luta pela valorização das parteiras tradicionais.

Estavam presentes médicas, enfermeiras, fisioterapeutas, psicólogas, estudantes e doulas para debater, trocar de experiências e sugerir políticas públicas de proteção às parteiras.

A anfitriã foi a parteira D. Prazeres, de 82 anos. Ela se formou em enfermagem em 1964, mas desde os 17 anos realizava partos seguindo a tradição de sua mãe e sua avó. Em 2008, ela recebeu o Diploma Bertha Lutz do Senado e possui o título Patrimônio Vivo de Pernambuco, outorgado pelo Governo do Estado de Pernambuco.

Saiba mais em: <http://bit.ly/2A2OU3R>

Campanha vitoriosa no Outubro Rosa



Roque de Sá/Agência Senado

Recomeçar e Deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) participaram do laço humano rosa

No dia 1º de novembro, as mulheres colheram importante fruto legislativo na Campanha do Outubro Rosa, com a aprovação pelo Plenário do Senado do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 20/2017.

A proposta, que foi à sanção, torna obrigatória a criação de estratégias específicas de busca ativa de mulheres que não se consultam ou não fazem os exames preventivos por enfrentar dificuldades

sociais, geográficas ou culturais.

Foi também aprovado o PLC 5/2016, que obriga a reconstrução mamária gratuita nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer. A proposição original, do deputado Carlos Bezerra (PMDB - MT), recebeu emenda da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e será encaminhada para mais uma votação.

Outubro foi mês de mobilização por parte de entidades, ativistas e organizações que lutam por direitos das mulheres com câncer. No dia 7 de outubro, 30 mulheres do grupo Rosas do Cerrado fizeram desfile de modas na Orla do Pontão do Lago Sul, diante de centenas de pessoas, em evento que contou com abertura da Banda Naval e

foi apoiado pelo grupo de voluntárias Cisne Branco.

O Sistema Integrado de Saúde, a Diretoria-Geral, a Procuradoria Especial da Mulher (Promul), a Sociedade Brasileira de Mastologia-DF e o Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) se articularam para atendimento de 150 colaboradoras terceirizadas que foram encaminhadas para o exame de mamografia. As cem primeiras também fizeram o exame preventivo de câncer de colo uterino (Papanicolau).

No dia 18, representantes da organização Recomeçar e da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da mama (Femama), em parceria com a Frente parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, formaram um “laço humano” em celebração ao Outubro Rosa.

Leia mais em:

<http://bit.ly/2LgiB9>

Veja mais fotos em:

<https://flic.kr/s/aHsm4yXrXY>

Mulheres catarinenses criam Procuradoria Especial

Victor Miranda/ Câmara Municipal de Penha



Presidente da Câmara ao lado de procuradora e adjuntos

A ProMul prestigiu o lançamento da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Municipal de Penha e participou de evento da campanha Outubro Rosa contra o Câncer de Mama na cidade de Rancho Queimado, ambas em Santa Catarina.

A deputada federal Carmen Zanotto (PPS) enviou vídeo de saudação à iniciativa que mobilizou órgãos públicos, entidades e lideranças políticas dos municípios de São José, Pomerode, Camboriú, Balneário Camboriú e Balneário Piçarras.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi representada pela coordenadora da ProMul, Rita Polli, que

ministrou palestra sobre políticas públicas e saúde.

Penha

A vereadora Regiane Severino (PMDB) foi empossada como primeira procuradora e os vereadores Maurício da Costa (PMDB) e Jesuel Francisco Capela (PSDB) foram nomeados procuradores adjuntos.

“É mais uma iniciativa em favor das mulheres, contra a violência e a desigualdade. Para isso contamos com várias parcerias: Secretaria de Ação Social, as polícias, o Poder Judiciário, entre outros”, afirmou.

Maria Juraci Alexandrino (PMDB), presidente do Legislativo penhense e autora do projeto de resolução aprovado em junho deste ano, disse que a Procuradoria deverá promover seminários, palestras sobre saúde, trabalho e violência contra a mulher, entre outros temas.

“Queremos trazer as mulheres para o Parlamento, para que elas participem efetivamente da vida pública e da política”, adiantou.

Rancho Queimado

O trabalho conjunto das secretarias de Saúde e de Assistência Social reuniu mais de 200 agricultoras para registrar e apoiar a campanha em favor da prevenção, proteção e promoção da saúde.

O município tem cerca de três mil habitantes e é dirigido pela jovem Cleci Veronezi (PMDB), primeira mulher eleita desde a fundação da cidade, ocorrida em 1969. Entre as 10 secretarias municipais, seis são ocupadas por mulheres, que são maioria no cultivo do morango e de produtos orgânicos derivados do mel, cerveja, chocolate e artesanato.



Prefeita Cleci (centro), Rita Polli e vereadoras catarinenses

Prefeitura de Rancho Queimado

CMCVM aprova emendas

No dia 19 de outubro, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM), presidida pela deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), aprovou quatro emendas de apropriação, número máximo permitido, ao Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2018. Não foram feitas sugestões de emendas de remanejamento ou ao texto do projeto.

Três emendas, no valor de R\$100 milhões cada, foram destinadas à Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), referindo-se a ações de Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (objeto de sugestão de oito parlamentares), à construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento a Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca (sete sugestões) e à Promoção de Políticas de Igualdade e Direitos das Mulheres (uma sugestão).

Uma quarta emenda, sugerida por três parlamentares, foi endereçada à ação de Prevenção à Violência e à Criminalidade, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$135 milhões.

Ao todo foram feitas 32 sugestões de emendas de apropriação, de autoria das senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Regina Sousa (PT-PI), Ângela Portela (PDT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN), Kátia Abreu (PMDB-TO), Simone Tebet (PMDB-MS), e das deputadas Elcione Barbalho (PMDB-PA), Simone Morgado (PMDB-PA), Carmen Zanotto (PPS-SC) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

Faltam mulheres na política



Senadoras mostram mapa com subrepresentação feminina

O Mapa Mulheres na Política 2017, produzido pela União Inter-Parlamentar (UIP), mostra o Brasil na 154ª posição mundial em termos de participação política das mulheres, à frente apenas do Haiti no continente.

As senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) participaram da 137ª Assembleia da UIP, realizada na cidade de São Petersburgo, na Federação Russa, entre 14 e 18 de outubro.

No dia 31, elas exibiram o mapa da UIP e criticaram a falta de prioridade dada ao assunto na reforma política, que não examinou a PEC 134, apesar do empenho das parlamentares.

Veja o mapa: <http://bit.ly/2IKG7kH>

Moreira Mariz/Agência Senado



No momento em que escrevo, leio pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostrando que no ano passado 168 pessoas foram assassinadas no Brasil a cada dia.

Em apenas três semanas mataram-se mais pessoas aqui do que em todos os atos terroristas ocorridos no mundo no mesmo

período. É como se uma bomba atômica caísse todos os anos no Brasil.

Cruzando a informação com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vemos que entre essas 168 pessoas mortas por dia, cerca de 120 eram negras e que 4.224 foram mortas no ano pela polícia. Vemos também que 437 policiais foram assassinados em 2016. Não por acaso, quase 60% dos policiais mortos também

O Atlas da Violência 2017 mostra que enquanto a mortalidade de mulheres não negras teve uma redução de 7,4%, entre negras, o índice cresceu 22%.

trazia na pele a cor negra. O Estado brasileiro enfrenta a violência com força bruta e escala para as ações em bairros periféricos os policiais de baixa patente, em geral, negros.

Em 20 de novembro celebramos o Dia Nacional da Consciência Negra e iniciamos a campanha 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A coincidência aqui não é só a data: o Atlas da Violência 2017 mostra que enquanto a

mortalidade de mulheres não negras teve uma redução de 7,4%, entre negras, o índice cresceu 22%.

Além da inaceitável violência direta sobre as mulheres, também sofremos a violência contra homens negros. São nossos homens que estão morrendo. Quantas famílias negras foram desestruturadas pelo assassinato de um pai ou de um filho? Quantas mães negras não suportam e morrem de tristeza? Quantas filhas e irmãs ficam desassistidas e ainda mais expostas após estas perdas?

Há que se falar também da intolerância religiosa, que se junta ao preconceito racial e ao machismo, se considerarmos que a maioria das vítimas são mulheres.

Novembro é mês de luta! Luta por transformação social, luta pela superação da violência que tão fortemente se instalou na sociedade brasileira. Luta pela esperança de que um dia, e que não seja longe, tudo isso seja só memória.

*Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)*

Artigo

Orçamento e Gênero

Temos observado nos eventos sobre equidade de gênero, promovidos pela Procuradoria da Mulher no Senado e outros órgãos públicos, que é recorrente a preocupação com orçamento para a efetivação das políticas públicas destinadas à redução das desigualdades sociais, em especial aquelas existentes entre homens e mulheres.

Costuma vir das representantes da ONU Mulheres, quando presentes, a alusão ao orçamento sensível a gênero e sua importância na redução dessas assimetrias.

São frequentes as críticas à transparência dos gastos públicos e à dificuldade de seu monitoramento. Contudo, a Constituição Federal determina como um dos objetivos fundamentais da República Federativa Brasileira a redução das desigualdades sociais que fragilizam a democracia e devem ser objeto de atenção dos governos que se

dizem democráticos e compromissados com a sociedade como um todo. Nesse sentido, as leis orçamentárias, que são instrumentos obrigatórios de gestão pública e devem ser elaboradas pela União, Estados e Municípios, cada um em sua esfera de competência, podem revelar esse compromisso.

Muitas são as experiências relacionadas aos orçamentos sensíveis a gênero, envolvendo diversos atores da sociedade civil, governos e organismos internacionais, sendo que na América Latina são 52 experiências, em nível nacional e municipal (Sarah Freitas, 2014), o que remete à importância do Orçamento como locus de disputa e pressão pela redistribuição da riqueza do país.

O Brasil se insere entre os cinco países mais inseguros para as mulheres viverem, em razão da violência contra as mulheres. Na contramão desses dados, a

promoção da igualdade e o enfrentamento da violência foram excluídos das metas e prioridades definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que norteia a elaboração do Orçamento de 2018 (veto à Lei nº. 13.473/2017). Dessa forma, trazer o tema a debate, em nível acadêmico e político, por meio de pesquisas e estudo interdisciplinar entre Orçamento e Gênero e audiência pública, considerando o papel do Legislativo no controle externo da execução orçamentária é cada vez mais necessário. Essas inquietações têm nos levado a debater o assunto no grupo de estudo Orçamento e Democracia, incentivado pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB.

Maria Terezinha Nunes, Gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e integrante do Grupo de Pesquisa Orçamento e Democracia